



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E REGISTRO DE PREÇOS

RELATÓRIO

1. **PROCESSO: 21000.021755/2023-12**

1.1. Tratam os autos do Pregão Eletrônico, sob o N.º 90010/2024, por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, para aquisição de de máquinas pesadas, incluindo o fornecimento com a carga, transporte e descarga do bem, em atendimento às necessidades do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

1.2. O item **141** teve proposta apresentada pela empresa **LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA** inscrita no CNPJ 11.260.925/0003-50 (SEI 35881330), no qual após análise pela Equipe de Planejamento da Contratação - EPC, aceitou e a habilitou, conforme Despacho 119 e Despacho 49 (SEI 35941311 e 36093301).

2. **PARTES**

2.1. **RECORRENTE:** XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, SEI 36198056;

2.2. **RECORRIDA:** LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA inscrita no CNPJ 11.260.925/0003-50, (Não apresentou).

3. **DAS PRELIMINARES**

3.1. Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, por parte da Recorrente, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

4. **DAS FORMALIDADES LEGAIS**

4.1. Na sessão pública do Pregão em referência, realizada em 15/04/2024, a Recorrente intencionou interposição de recurso para demonstrar sua irresignação, restando estabelecida a data de 28/06/2024 como prazo final para apresentação de recurso, tendo sido apresentadas as razões do recurso no prazo estabelecido.

4.2. Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é fundamentada e contém o necessário pedido de modificação da decisão de habilitação do fornecedor **LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA** inscrita no CNPJ 11.260.925/0003-50, que motivou o recurso em face às suas alegações.

4.3. Verifica-se, portanto, a tempestividade e a regularidade do presente recurso, atendendo ao previsto no item 11 do instrumento convocatório (SEI 34506642), nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.,

5. DAS RAZÕES RECURSAIS

5.1. A RECORRENTE insurge-se contra a decisão do Pregoeiro quanto à habilitação do fornecedor **LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA** inscrita no CNPJ 11.260.925/0003-50, alegando em termos gerais que:

A PRIMEIRA IRREGULARIDADE AUSÊNCIA DA INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DA FILIAL INFRINGÊNCIA À CLÁUSULA 8.10, DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. O Edital e seus Anexos exigiram a comprovação da inscrição do ato constitutivo da filial no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, para satisfação da habilitação jurídica, in verbis (sem grifo):

- Edital: “8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.” * * * * - Anexo I – Termo de Referência: “8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;”

2. No caso em tela, verifica-se que o ora Recorrido participou do certame e apresentou proposta em nome de sua filial, mormente inscrita no CNPJ/MF sob o número 11.260.925/0003-50 e situada na Rodovia Governador Mário Covas, número 256, Bairro Padre Mathias, no município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, CEP 29.157-100.

3. Todavia, o ora Recorrido não apresentou a inscrição do ato constitutivo de sua filial no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis no Estado do Espírito Santo, onde opera, muito menos a averbação no Registro onde tem sede a matriz, juntamente com os demais documentos de habilitação após a convocação pelo ilustre Pregoeiro, nos termos da cláusula 8.12.1, do Edital.

4. Após o momento adequado, o Edital facultou à Administração a prerrogativa de promover diligências para confirmar a autenticidade dos documentos apresentados pelos licitantes, vedando-lhe, todavia, a recepção de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, nos termos da cláusula 8.14, do Edital:

- Edital: “8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º): 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;”

5. Tratando-se de documento que deve originalmente ser apresentado com os demais documentos de habilitação, não pode a Administração Pública admitir a juntada extemporânea de eventual inscrição do ato constitutivo da filial na Junta Comercial do Espírito Santo - onde opera, muito menos a averbação no Registro onde tem a matriz, sob pena de infringir também a regra prevista no artigo 64, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

6. Por não atender as exigências de habilitação, em especial por não ter comprovado a inscrição da filial na Junta Comercial do Espírito Santos - onde opera - e a averbação onde tem a matriz, impõe-se sua inabilitação, nos termos da cláusula 8.16, do Edital:

- Edital: "8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1."

7. Por todo o exposto, requer-se seja dado provimento ao presente recurso para inabilitar o Recorrido por não ter apresentado juntamente com os documentos de habilitação a inscrição do ato constitutivo da filial na Junta Comercial do Espírito Santo, muito menos a averbação no Registro onde tem a matriz, sob pena de negar vigência as cláusulas 8.1 e 8.16, do Edital, e 8.10, do Anexo I – Termo de Referência.

A SEGUNDA IRREGULARIDADE A HABILITAÇÃO DE CONCORRENTE QUE NÃO APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA EXPEDIDA NA SEDE DO FORNECEDOR

8. O Edital exigiu a apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da SEDE da pessoa jurídica, ainda que a sua participação seja em nome da filial, in verbis (sem grifo):

- Edital: "8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);"

9. Conforme se extrai das normas adrede, a certidão negativa de falências e recuperação judicial deve ser apresentada pela SEDE (ie. matriz) da pessoa jurídica, em consonância com o disposto no artigo 69, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021:

- Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021: "Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: (...) II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da SEDE do licitante."

10. Perceba, Vossa Senhoria, que o texto legal é taxativo ao exigir que a certidão negativa de feitos sobre falência seja expedida pelo distribuidor da SEDE do licitante, isto é, em nome da MATRIZ, conforme extrai-se das valiosas lições a seguir:

- Matérias disponíveis na rede mundial de computadores: "A matriz é o estabelecimento principal, a sede, aquela que dirige as demais empresas que são as filiais, sucursais ou agências; a filial é o estabelecimento mercantil, industrial ou civil, sendo subordinada a matriz." (disponível em <https://zenite.blog.br/desmistificando-a-questao-da-matriz-e-filial/>) "A matriz é aquela considerada sede. É nela que as atividades e as diretrizes da empresa estão concentrados. É a partir dela que surgem as ideias e as regras. Enquanto a filial é uma extensão que segue a mesma cultura organizacional estabelecida, contudo em outro estabelecimento comercial." (disponível em <https://conube.com.br/blog/diferenca-entre-matriz-e-filial/#:~:text=A%20matriz%20%C3%A9%20aquela%20considerada,contudo%20em%20outro%20estabelecimento%20comercial.>) "No Brasil, também é comum chamarmos a matriz de sede, que é onde as maiores atividades acontecem. Dela surgem os futuros projetos e regras da empresa. Já a filial é uma extensão que possui a mesma cultura empresarial e realiza as atividades comandadas pela matriz em outro espaço comercial." (disponível em <https://www.pontotel.com.br/matriz-e-filial/>) "Regra geral uma empresa matriz e suas filiais são a mesma pessoa jurídica, compostas pelo mesmo quadro societário, porém uma está subordinada à outra. A matriz é aquela considerada sede, onde as atividades e as diretrizes da empresa estão concentradas. É a partir dela que surgem as ideias e as regras. Enquanto a filial é uma extensão que segue a mesma cultura organizacional estabelecida pela matriz, porém, em outro estabelecimento comercial." (disponível em <https://zannixbrasil.com.br/empresa-matriz-e-filial-entenda-como-funciona-e-quais-sao-as-diferencas/>) "Uma empresa matriz e filial são a mesma pessoa jurídica, compostas pelo mesmo quadro societário, porém uma está subordinada à outra. A matriz é aquela considerada sede, onde as atividades e as diretrizes da empresa estão concentradas. É a partir dela que surgem as ideias e as regras. Enquanto a filial é uma extensão que segue a mesma cultura organizacional estabelecida, contudo em outro estabelecimento comercial." (disponível em <https://www.jornalcontabil.com.br/empresa-matriz-e-filial-funcionamento-e-suas-diferencas/>)

11. Pondera-se: a decretação de falência ou de recuperação judicial deve se dar no âmbito do juízo competente no local da MATRIZ, de modo que não é possível intentar ações dessa natureza em face de qualquer FILIAL.

12. É o que se depreende do artigo 3º, da Lei nº. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, a qual regula a recuperação judicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. De acordo com esse dispositivo, é “competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil”.

13. Assim, conclui-se que a certidão negativa de falência e recuperação judicial a ser apresentada pelos licitantes é aquela emitida pelo distribuidor do foro competente para processar e julgar tais feitos no local em que se localiza a MATRIZ, o que deve ser aferido a partir das regras que disciplinam a questão no âmbito da Corregedoria do Foro Extrajudicial do Tribunal de Justiça responsável pela emissão do documento.

14. Portanto, tem-se como legítima a exigência, como requisito de habilitação, da apresentação da certidão de falência em nome da matriz, prova que, somada aos demais requisitos exigidos na fase de habilitação, permitirá à Administração traçar um perfil do licitante e concluir pela sua idoneidade e aptidão para cumprir o futuro contrato administrativo.

15. Corroborando o exposto, o próprio Governo Federal orienta as empresas a apresentarem a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial com CNPJ da MATRIZ quando a participação – a exemplo do Recorrido - for com CNPJ da FILIAL, mormente disponível em www.comprasnet.gov.br/ajuda/siasg/faqsicaf_nov2006.htm, in verbis:

- Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF: “FAQ – Perguntas e Respostas Frequentes (omissis) 5 - Para fins de "cadastramento" e "habilitação parcial", existem documentos comuns à matriz e a suas filiais? R - A Filial poderá realizar o seu cadastramento e habilitação parcial com documentos da matriz, quando esta centralizar o recolhimento dos tributos e apresentar os seguintes documentos: Contrato Social (última alteração consolidada); Estatuto Social registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente; Última Ata de eleição dos Administradores registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente; Cédula de Identidade e CPF dos dirigentes; Prova de Registro da Entidade de Classe competente, se aplicável; Registro ou Certificado de Fins Filantrópicos junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, se aplicável; Balanço Patrimonial (CNPJ da Matriz); Certidão Negativa de Falência/Concordata (CNPJ da Matriz).”

16. Em que pese a exigência editalícia e a orientação pública externada pela própria Administração Pública, o Recorrido apresentou a certidão de falência e recuperação judicial em nome da FILIAL inscrita no CNPJ nº. 11.260.925/0003-50, *ipsis litteris* (sem grifo):

(...)

17. Conforme salientado alhures, a unidade que poderá requerer recuperação ou falência é a SEDE da pessoa jurídica - ie. matriz inscrita no CNPJ nº. 11.260.925/0001-98, todavia, o Recorrido não enviou – em nenhum momento - a certidão de falência em nome da MATRIZ, em afronta a norma prevista na cláusula 8.24, do Anexo I – Termo de Referência.

18. O Recorrido deverá, portanto, se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócio por não ter apresentado os documentos de habilitação, impondo-se a sua inabilitação por não ter apresentado a certidão de falência em nome da SEDE, em observância as regras positivadas nas cláusulas 4.14 e 8.16, do Edital.

19. Por todo o exposto, requer-se seja dado provimento ao presente recurso para inabilitar o Recorrido por não ter apresentado a tempo e modo a necessária certidão negativa de falência em nome da Matriz, promovendo-se o consequente retorno da licitação à fase de habilitação para examinar os documentos apresentados pelo licitante classificado em segundo lugar, sob pena de negar vigência as cláusulas 4.14 e 8.16, do Edital, cumulada com cláusula 8.24, do Anexo I – Termo de Referência.

A TERCEIRA IRREGULARIDADE AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – CLÁUSULA 8.9, DO EDITAL

20. O instrumento de convocação, em sua cláusula 8.9, exigiu dos licitantes a apresentação de declaração no sentido de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, sob pena de desclassificação, em observância a norma legal positivada no artigo 63, § 1º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, in verbis (sem grifo):

- Edital: “8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.” * * * * - Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021:

“Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: (omissis) “§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.”

21. Em que pese a legitimidade e legalidade dessa exigência para que o licitante apresente declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, o ora Recorrido não apresentou a referida declaração e, por consectário lógico, assumiu o risco de ser desclassificado por descumprir a exigência positivada na cláusula 8.9, do Edital.

22. Convém pôr em relevo que o Recorrido não impugnou o Edital em relação a exigência da declaração contida na cláusula 8.9 sob pena de desclassificação, restando fulminado pela decadência o direito de se discutir, em sede recursal, sobre a inaplicabilidade da desclassificação ao licitante que não apresentou a declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos trabalhistas nos termos das normas adrede citadas.

23. Ainda que assim não o fosse, mas o é, a cláusula 8.14, do Edital, em inteligência ao disposto no artigo 64, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, proíbe a juntada de declaração nova para a comprovação das exigências prevista no Edital que não foi enviado no momento oportuno.

24. Nesse cenário, o Recorrido deverá ser desclassificado por não ter apresentado no momento adequado a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, em observância as normas contidas nas cláusulas 7.7.1, 7.7.2 e 8.9, do Edital, in verbis (sem grifo):

- Edital: “7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que: 7.7.1. contiver vícios insanáveis; 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; (omissis) 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.”

25. Ante o exposto, requer-se seja dado provimento ao presente recurso para reformar a decisão do ilustre Pregoeiro e determinar a desclassificação do Recorrido com supedâneo nas cláusulas 7.7.1, 7.7.2 e 8.9, do Edital por não ter apresentado a declaração exigida na cláusula 8.14, do Edital, em inteligência ao disposto no artigo 63, § 1º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, sob pena de se levar a efeito certame sujeito a futura anulação por infringência as regras editalícias.

A SUBORDINAÇÃO DO ESTADO AS REGRAS DO EDITAL VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DO JULGAMENTO OBJETIVO

26. É pressuposto inquestionável do Estado de Direito a subordinação do Estado ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, no âmbito da Administração Pública, tal pressuposto se traduz na observância dos princípios da legalidade e impessoalidade positivados no artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in verbis (sem grifo):

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 “Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

27. No âmbito específico das licitações, a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e, em especial no âmbito do pregão eletrônico, o Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, consagraram expressamente a observância aos seguintes princípios (sem grifo):

- Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021: “Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.” * * * * - Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019: “Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável,

da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

28. Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a Lei e com os princípios inerentes. Dessa premissa extrai-se a seguinte fórmula: a Administração Pública e os interessados estão vinculados e obrigados ao cumprimento dos termos e condições previstos no Edital.

29. Acrescentando-se, cite-se como inarredável a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com relação ao qual Diógenes Gasparini esclarece:

“(...) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento. (...)”

30. Nesse toar é a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna“. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. Para tanto, a Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar. (...)”

31. No mesmo sentido assevera José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. (...)”

32. Sem embargos de doutas opiniões em sentido contrário, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema importância para o julgamento das propostas e análise da habilitação, pois, além de evitar a alteração de critérios de julgamento e de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração, evita-se qualquer brecha para privilegiar ou perseguir qualquer participante, em louvor aos princípios da moralidade administrativa, impessoalidade e a probidade, ao não permitir que as regras estabelecidas no Edital não sejam descumpridas pela Administração ou pelos licitantes.

33. Portanto, o Edital torna-se Lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Em sendo Lei, o edital e os seus termos atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, pois o descumprimento por parte da Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola vários princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da isonomia.

34. Outrossim, não há falar em formalismo exacerbado por parte do Recorrente ao impor à Administração o cumprimento das exigências editalícias. Ora, ordenar que a Administração atue conforme disposição do instrumento convocatório resguarda os princípios da legalidade e da isonomia, permitindo a prevalência do Interesse Público.

35. A somar, o entendimento do Tribunal de Contas da União é claro ao refutar os casos em que a Administração Pública não obedece às diretrizes traçadas no Edital. Veja:

“(...) Pedido de reexame. Representação. Violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Negativa de provimento [VOTO] 4. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no caput do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, dispõe: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada. (...)”

36. Destarte, a Administração Pública encontra-se vinculada à obrigação de verificar as propostas e desclassificar aquelas que estiverem em desconformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e de inabilitar o licitante que não apresentou todos os documentos para comprovação da sua condição, nos termos dos artigos 28, e 43, § 4º, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019.

37. Por todo o exposto, requer que seja reformado a r. decisão que declarou o Recorrido vencedor do certame, por não ter apresentado a inscrição do ato constitutivo da filial no Registro da Junta Comercial do Espírito Santo com averbação no Registro onde tem a matriz (cf. cláusula 8.10, do Anexo I), não ter apresentado a tempo e modo a certidão negativa de falência em nome da Matriz (cf. cláusula 8.24, do Anexo I) e por não ter apresentado a declaração exigida na cláusula 8.14, do Edital, sob pena de violar as normas previstas nos artigos 2º e 28, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, cumulados com os artigos 5º e 69, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

VÍCIOS INSANÁVEIS IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

38. Em louvor ao princípio da eventualidade e da concentração do recurso, não pode a Administração Pública admitir que o Recorrido apresente, na fase recursal, os documentos de habilitação que originalmente deveriam ter sido apresentados pelo Recorrido após ter sido convocado pelo ilustre Pregoeiro.

39. A legislação de regência proíbe expressamente a juntada de novos documentos ou informação que deveria constar originalmente na proposta:

- Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021: “Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

40. Corroborando o exposto, colhe-se do ensinamento de Marçal Justen Filho1 :

“Se o licitante dispunha de determinado documento, mas esqueceu de apresentá-lo, arcará com as consequências de sua própria conduta.”

41. No mesmo sentido, ensina Jessé Peireira2 :

“Outro não é o entendimento de Jessé Torres Pereira Júnior. Cite-se: “A Comissão ou a autoridade está proibida de deferir ou ordenar a diligência se esta tiver por objeto a inclusão de documento ou informação que deveria haver acompanhado a proposta (também a documentação). A vedação guarda simetria com os arts. 396 e 397 do Código de Processo Civil, dos quais resulta que a petição inicial deve vir instruída com os documentos destinados a provar as alegações do autor, sendo-lhe vedado trazê-los posteriormente, a menos que comprove que deles não dispunha ou se se referirem a fatos ocorridos depois de articulados na peça vestibular. No caso do processo administrativo da licitação, cada licitante sabe, em face das exigências do edital, quais os documentos e informações que deverão estar nos respectivos envelopes. Não os trazer significa descumprir o edital, acarretando-lhe a inabilitação ou desclassificação da proposta. A proibição de serem aceitos posteriormente respeita o direito dos demais licitantes ao processamento do certame de acordo com a exigência do edital. Daí a Comissão ou a autoridade superior sujeitar-se a recurso interponível pelo licitante que considerar abusiva a realização de diligências que abra oportunidade indevida a outro concorrente.”

42. A vedação à inclusão posterior de documentos é acatada pela jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas da União, *ipsis litteris* (sem grifo):

“Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes.” (TCU, Acórdão 2873/2014 – Plenário, Relator: Augusto Sherman) “A inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à jurisprudência do TCU.” (TCU, Acórdão 918/2014 – Plenário, Relator: Aroldo Cedraz) “É cabível a promoção de diligência pela comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” (TCU, Acórdão 4827/2009 - Segunda Câmara) “É vedada à Administração a aceitação de informações não escritas ou que deveriam constar dos documentos e propostas como elemento de julgamento da licitação.” (TCU, Decisão nº. 635, Plenário, Rel. Min. Paulo Affonso Martins de Oliveira, DOU de 23.10.1996)

43. Por todo o exposto, requer seja inadmito eventual juntada na fase recursal dos documentos técnicos ou de habilitação que deveriam ser apresentadas pelo Recorrido após solicitação expressa do ilustre Pregoeiro, sob pena de restar configurado o tratamento favorecido ao Recorrido e não extensível aos demais concorrentes.

6. DO PEDIDO DA RECORRENTE

- 6.1. (a) seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso, nos termos da cláusula 11.8, do Edital, cumulado com artigo 168, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 6.2. (b) a comunicação dos demais participantes para que, caso queiram, apresentem contrarrazões ao presente recurso administrativo, nos termos da cláusula 11.7, do Edital, cumulado com artigo 165, § 3º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 6.3. (c) seja dado provimento ao recurso administrativo para reconsiderar o ato ou a decisão que declarou o Recorrido vencedor do item 141, em específico por não ter apresentado a inscrição do ato constitutivo da filial no Registro da Junta Comercial do Espírito Santo com averbação no registro onde tem a matriz (cf. cláusula 8.10, do Anexo I), não apresentou a tempo e modo a certidão negativa de falência em nome da Matriz (cf. cláusula 8.24, do Anexo I) e por não ter apresentado a declaração exigida na cláusula 8.14, do Edital;
- 6.4. (d) de forma alternativa, caso a r. decisão recorrida não seja retratada pelo ilustre Pregoeiro, requer-se que o presente recurso administrativo seja devidamente instruído e remetido à Autoridade Superior para o seu julgamento, nos termos da cláusula 11.5, do Edital, cumulado com artigo 165, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021; e
- 6.5. (e) seja enviado cópia integral da licitação para o Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União para que tomem conhecimento e providências sobre as irregularidades aqui e ora apresentadas.

7. MANIFESTAÇÃO ÁREA TÉCNICA

- 7.1. Analisando cada ponto recorrido na peça recursal da Recorrente em confronto com a legislação pertinente e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, expondo a seguir as ponderações que estão a fundamentar a decisão final.
- 7.2. **Eis o relatório.** Passa-se à análise do mérito do recurso interposto.
- 7.3. Conforme estabelece o art. 165 da Lei 14.133-2021 e ainda o entendimento interno de que o responsável pela análise da qualificação técnica das licitantes nos processos de aquisições do Ministério da Agricultura e Pecuária é a área técnica requisitante.
- 7.4. De acordo com o disposto no parágrafo anterior, a Equipe de Planejamento da Contratação – EPC, foi convocada a se pronunciar sobre as alegações da Recorrente pela habilitação do fornecedor **LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA** inscrita no CNPJ 11.260.925/0003-50. A EPC se manifestou através do RELATÓRIO ASS-SPOA (SEI 36308880), o qual segue a transcrição dos entendimentos da Equipe Técnica:

A peça recursal referenciada em epígrafe apresenta três supostas irregularidades, fundamentos de direito, elenca supostos vícios insanáveis e encerra-se com os pedidos.

Esclarece-se que a recorrida não apresentou a contrarrazão no prazo estipulado. No entanto, todas as alegações da recorrente já haviam sido objeto de outros recursos impetrados contra a mesma recorrida ao longo deste Pregão, como os itens 6, 33, 49, 62, 68, 76, 87, 88, 89, 90, 91, 99 dentre outros.

De início, traz-se a previsão do Edital que respalda alguns dos procedimentos adotados por essa Equipe de Planejamento da Contratação - EPC na análise que seguir-se-á:

5.16. O distribuidor autorizado deverá ter experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços de assistência técnica da marca ofertada, sendo aceito a apresentação do contrato de distribuição e/ou de representação, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos.

(...)

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Passa-se, expeditamente, à análise das supostas irregularidades.

A PRIMEIRA IRREGULARIDADE

AUSÊNCIA DA INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DA FILIAL

INFRINGÊNCIA À CLÁUSULA 8.10, DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Sobre o tema, a recorrente XCMG pondera o que segue:

No caso em tela, verifica-se que o ora Recorrido participou do certame e apresentou proposta em nome de sua filial, mormente inscrita no CNPJ/MF sob o número 11.260.925/0003-50 e situada na Rodovia Governador Mário Covas, número 256, Bairro Padre Mathias, no município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, CEP 29.157-100.

(...)

*Todavia, o ora Recorrido **não** apresentou a inscrição do ato constitutivo de sua filial no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis no Estado do Espírito Santo, onde opera, muito menos a averbação no Registro onde tem sede a matriz, juntamente com os demais documentos de habilitação após a convocação pelo ilustre Pregoeiro, nos termos da cláusula 8.12.1, do Edital.*

(...)

Compulsando a documentação de habilitação anexada pela Recorrida, observa-se que dentre os documentos apresentados consta a vigésima segunda alteração ao contrato social, seguida pelo contrato social consolidado.

Pela leitura do documento, é possível verificar que a filial - licitante do certame em tela - foi averbada no contrato social consolidado. Vê-se, ainda, que referido documento foi registrado na Junta Comercial de São Paulo, onde tem sede a matriz, vide cláusula 2.1 do contrato social encartado.

Entende-se, portanto, pelo atendimento da Recorrida quanto à averbação do registro onde tem sede a matriz.

Todavia, mostrou-se pertinente a realização de diligência, mediante Despacho 96 (35785128), no sentido de providenciar **complementação da documentação afeta à habilitação jurídica, especificamente quanto à inscrição do ato constitutivo da filial na Junta Comercial do Espírito Santo, local onde opera, conforme se vê na cláusula 2.3 do contrato social consolidado. Ressalte-se que o documento "Informações na Junta Comercial ES.pdf", apresentado em contrarrazão, contém o trecho "Informações fornecidas apenas para conferência. Não possuem valor legal."**

Em sede de diligência, a empresa apresentou o documento "Certidão Simplificada LIUGONG (35850273)", que é suficiente para sanar o que foi solicitado, tendo em vista que foi expedido pela Junta Comercial do local onde a empresa opera (Espírito Santo); é um documento legítimo, dotado de fé pública e passível de verificação de sua autenticação; indica que a empresa consta do Registro de Empresas Mercantis e que esse registro está ativo.

Ressalta-se que a presente diligência já foi objeto de apreciação por essa Equipe de Planejamento da Contratação - EPC na análise recursal de itens pretéritos com as mesmas recorrida e recorrente, ou seja, infere-se que a recorrente já tem conhecimento sobre o posicionamento do órgão sobre o tema, no sentido de afastar suas alegações nesse assunto específico. No entanto, não houve menção às decisões anteriores por parte da recorrente, mas tão somente uma réplica dos argumentos já anteriormente refutados.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Primeira Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

A SEGUNDA IRREGULARIDADE

A HABILITAÇÃO DE CONCORRENTE QUE NÃO APRESENTOU

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA EXPEDIDA NA SEDE DO FORNECEDOR

Sobre o tema, a recorrente XCMG pondera o que segue:

Pondera-se: a decretação de falência ou de recuperação judicial deve se dar no âmbito do juízo competente no local da MATRIZ, de modo que não é possível intentar ações dessa natureza em face de qualquer FILIAL.

(...)

Assim, conclui-se que a certidão negativa de falência e recuperação judicial a ser apresentada pelos licitantes é aquela emitida pelo distribuidor do foro competente para processar e julgar tais feitos no local em que se localiza a MATRIZ, o que deve ser aferido a partir das regras que disciplinam a questão no âmbito da Corregedoria do Foro Extrajudicial do Tribunal de Justiça responsável pela emissão do documento.

(...)

Conforme salientado alhures, a unidade que poderá requerer recuperação ou falência é a SEDE da pessoa jurídica - ie. matriz inscrita no CNPJ nº. 11.260.925/0001-98, todavia, o Recorrido não enviou – em nenhum momento - a certidão de falência em nome da MATRIZ, em afronta a norma prevista na cláusula 8.24, do Anexo I – Termo de Referência.

(...)

Em relação à exigência de certidão negativa de falência, cumpre examinar o que diz o edital e a Lei nº 14.133/2021 acerca do referido documento.

No instrumento convocatório, a previsão consta do subitem 8.24 do Termo de Referência, Anexo I do edital, cuja redação reproduz o teor do inciso II do art. 69 da Nova Lei de Licitações e Contratos:

“Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

(...)

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor -Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);”

Lei nº 14.133/2021

“Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser

comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

(...)

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.”

Mediante leitura do dispositivo acima, constata-se que não há qualquer exigência para que a certidão esteja em nome da matriz. Por outro lado, verifica-se menção ao “distribuidor da sede do licitante”, o que não se confunde com a matriz, visto que a sede do licitante, nesse caso, é o estabelecimento da pessoa jurídica que está participando da licitação.

Em outras palavras, estando a matriz investida na condição de licitante, a certidão negativa de feitos sobre falência deve ser expedida pelo distribuidor da sede da matriz. De modo contrário, caso a licitante seja a filial, a certidão negativa relativa à falência deve ser expedida pelo distribuidor da sede da filial.

Nesse sentido, cita-se como precedente excerto extraído de decisão proferida pelo Ministro relator do Recurso Especial nº 1.986.973/PR, manejado perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ:

“(...) ‘local da sede’ é o estabelecimento físico da pessoa jurídica, não se confundindo com o conceito de matriz, que é o local onde a empresa exerce os seus atos de direção e administração. Como se percebe, não há exigência de que a Certidão Negativa de falência (...) seja expedida no local da matriz, mas sim no local da sede.”

Ressalta-se que a presente diligência já foi objeto de apreciação por essa Equipe de Planejamento da Contratação - EPC na análise recursal de itens pretéritos com as mesmas recorrida e recorrente, ou seja, infere-se que a recorrente já tem conhecimento sobre o posicionamento do órgão sobre o tema, no sentido de afastar suas alegações nesse assunto específico. No entanto, não houve menção às decisões anteriores por parte da recorrente, mas tão somente uma réplica dos argumentos já anteriormente refutados.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Segunda Irregularidade", sugere-se conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

A TERCEIRA IRREGULARIDADE

AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – CLÁUSULA 8.9, DO EDITAL

Sobre o tema, em suma, a recorrente argumenta:

*O instrumento de convocação, em sua cláusula 8.9, exigiu dos licitantes a apresentação de declaração no sentido de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, **sob pena de desclassificação**, em observância a norma legal positivada no artigo 63, § 1º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, in verbis (sem grifo):*

(...)

Note-se, novamente, o que traz o Edital:

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Ainda, observe-se o preconizado no TR:

8.30. Durante a fase de habilitação, o licitante declarará, em campo próprio do Sistema, que:

8.30.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Dos excertos transcritos acima, pode-se inferir que o Edital manifesta a necessidade de declaração sobre tema específico, enquanto o TR traz a forma pela qual essa declaração poderá ser materializada, qual seja, por declaração em campo próprio no sistema. Por óbvio, o licitante pode vir a optar por apresentar tal declaração à parte, juntamente aos documentos de habilitação, mas sem que isso configure obrigação, traduzindo-se somente em maior ou menor grau de rigor formal por parte do licitante.

A declaração feita no sistema por todos os licitantes consta dos autos: Relatório relatorio-termo-aceite-13000505900102024-PREGAO (SEI nº 35183187) e é acessível publicamente no sistema ComprasNet^[1].

Além disso, também consta na proposta da empresa:

Declaro:

1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.

3) Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato dela advindo;

Ressalta-se que a presente diligência já foi objeto de apreciação por essa Equipe de Planejamento da Contratação - EPC na análise recursal de itens pretéritos com as mesmas recorrida e recorrente, ou seja, infere-se que a recorrente já tem conhecimento sobre o posicionamento do órgão sobre o tema, no sentido de afastar suas alegações nesse assunto específico. No entanto, não houve menção às decisões anteriores por parte da recorrente, mas tão somente uma réplica dos argumentos já anteriormente refutados.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Terceira Irregularidade", sugere-se conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

É o relatório.

8. CONCLUSÃO

8.1. Registra-se que os atos praticados pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio quanto ao Item **141** do certame em apreço foram fundamentados no documento técnico expedido pela área demandante (SEI nº 36308880), e Despacho 119 e Despacho 49 (SEI 35941311 e 36093301).

8.2. A Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu art. 12, inciso III, é clara ao informar que *"o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo"*.

8.3. A finalidade da licitação é de satisfazer o interesse público e buscar a proposta mais vantajosa, desde que esta cumpra às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que se faz lei entre as partes, como também respeitar os princípios constitucionais e administrativos.

8.4. Tendo em vista que todos os questionamentos presentes nos recursos são de caráter unicamente técnicos, **da manifesta insipiência deste pregoeiro quanto a aspectos técnicos, requisitou subsídios formais a área técnica, através da equipe de planejamento da contratação, área especializada do objeto**, que se manifestou ao recurso realizado pela Recorrente através do RELATÓRIO ASS-SPOA (SEI nº 36308880), conforme transcrito acima - Manifestação Área Técnica.

8.5. Considerando os argumentos técnicos trazidos pela área técnica, temos que: *"Nesse contexto, considerando as análises acima dispostas, respaldadas na legislação vigente, na melhor doutrina, nos normativos e nos demais princípios que regem a matéria, entendo que dentre os argumentos*

trazidos pela Recorrente verifica-se que **NÃO** deve prosperar, mantendo a empresa **LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA** inscrita no CNPJ 11.260.925/0003-50, *habilitada para o Item 141.*"

9. **DO POSICIONAMENTO DO PREGOEIRO**

9.1. Por todo o exposto, o recurso interposto é conhecido por atender aos requisitos de admissibilidade, contudo, seus argumentos não suscitam viabilidade de reconsideração dos procedimentos adotados, razão pela qual este pregoeiro **MANTÉM A DECISÃO** que declarou vencedora do certame a empresa **LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA** inscrita no CNPJ 11.260.925/0003-50, para o item **141** do Pregão Eletrônico SRP nº 90010/2024. Portanto resta Conhecer das razões recursais da empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, para no mérito **NEGAR-LHE** provimento julgando seus pedidos **IMPROCEDENTES**.

9.2. Assim, encaminhe-se os autos à autoridade superior para análise, consideração e decisão do recurso administrativo em pauta.

Brasília-DF, 05 de Julho de 2024.

EDSON MARQUES FILHO

Pregoeiro

Ministério da Agricultura e Pecuária

Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração

Portaria SPOA/MAPA nº 589, de 1 de setembro de 2023

Publicado BGP - Publicado em 04/09/2023 - Ano 7 Edição 9.2

1. Ciente e de acordo.

2. Encaminhe-se à Divisão de Licitações e Contratações Diretas - DILIC na forma proposta.

LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA

Chefe do Serviço de Licitações e Registro de Preços

1. Ciente e de acordo.
2. Encaminhe-se à Coordenação de Gestão de Licitações - CLIC na forma proposta.

LUCAS BEZERRA CAMPOS

Chefe de Divisão de Licitações e Contratações Diretas

1. Ciente e de acordo.
2. Encaminhe-se os autos à Coordenação Geral de Aquisições para ciência e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

WESLEY JOSÉ GADÊLHA BEIER

Coordenador de Gestão de Licitações

1. Conhecer das razões recursais da empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, para no mérito **NEGAR-LHE** provimento julgando seus pedidos **IMPROCEDENTES**, considerando a instrução processual, a manifestação da Equipe de Planejamento da Contratação e a Decisão de não procedência do Pregoeiro, com fulcro no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 (Processo 21000.021755/2023-12, Relatório SELIR-CGAQ (SEI 36290444)).

2. Restituam-se os autos ao Serviço de Licitações e Registro de Preços, para instrução processual necessário ao deslinde do feito.

ROBERTA BORGES RIBEIRO DE SOUZA

Coordenadora-Geral de Aquisições

Processo número: 21000.021755/2023-12

Documento SEI nº: 36290444



Documento assinado eletronicamente por **EDSON MARQUES FILHO, Pregoeiro(a)**, em 05/07/2024, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA, Chefe de Serviços**, em 05/07/2024, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS BEZERRA CAMPOS, Chefe de Divisão**, em 05/07/2024, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY JOSE GADELHA BEIER, Coordenador**, em 05/07/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA BORGES RIBEIRO DE SOUZA, Coordenadora-Geral**, em 05/07/2024, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36290444** e o código CRC **66BA0779**.
